ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH 5844

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Wellington Pimenta de Figueiredo

Espécie: Emenda

Categoria: Lei Orgânica do Município

Autoria: Vários vereadores

Data: 13/03/2001

Descrição Sumária: EMENDA Nº 26, de 30/03/2001. Adequa a Lei Orgânica Municipal às Emendas Constitucionais nº 19 e 20/98, 25/2000 e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Controle Interno – Caixa: 02 **Posição:** 27 **Número de folhas:** 15

Observação: Este projeto possui um recorte de jornal que não foi digitalizado devido ao formato ser incompatível com a digitalizadora. Encontra-se no arquivo físico, disponível para pesquisa *in loco*.

EMENDA Nº 26/2001

Espécie: PE
Categoria: LOM
X: 02
Ordem: 27
nº fls: 14

29.03.2001

Câmara Municipal de Montes Claros

Emendas a L.O.M. Nº _____/2001

AUTOR:

14 Vereadores

ASSUNTO:

Emenda a L.O. M. , adequando-a as emendas constitucionais Nºs. 19 e 20/98 , 25/00 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAIXA

MOVIMENTO

1 - ~~**Entrada em 13/03/2001**~~
2 -
À Comissão Legislação e Justiça
3 -
4 - APROVADO EM 1ª E M. 15.03.2001
5 - APROVADO EM 2ª E M. 29.03.2001
6 -
7 -
8 -
9 -
10 -

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº26, de 30 de março de 2001.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), objetivando adequar a Lei Orgânica Municipal às disposições contidas na Constituição Federal, em razão das modificações que lhe foram introduzidas, principalmente, pelas emendas constitucionais nºs. 19/98, 20/98 e 25/00, bem como, às normas da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal -, aprovou e, por seu Presidente, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - O inciso XI do art. 39, da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.39- .....

XI – Criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara, observando o limite de 60% (sessenta por cento) da receita líquida municipal e o estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO."

Art. 2º - Os incisos I, XVI, XVII do art. 40 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40 -.....

I – criar e extinguir os cargos dos seus serviços administrativos internos e fixar os respectivos vencimentos, avaliando as despesas com o pessoal da Câmara quadrimestralmente e, se os limites forem ultrapassados, extinguir cargos ou diminuir salários;

XVI – Fixar, em parcela única, através de Lei Ordinária específica de sua iniciativa, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários Municipais e, em ano de eleições municipais, fixar os subsídios até 60 (sessenta) dias antes das mesmas;

XVII – Fixar, em parcela única, o subsídio dos vereadores, observados os limites, critérios e demais normas estabelecidas pela Constituição Federal e as disposições aplicáveis contidas nesta Lei Orgânica."

Art. 3º - Acrescem-se ao referido artigo 40 da Lei Orgânica Municipal os seguintes parágrafos:

"Art.40 - .....

§ 1º - o subsídio dos vereadores a que se refere o inciso XVII deste artigo, será fixado 60 (sessenta) dias antes das eleições municipais, para vigorar na legislatura subseqüente;

§ 2º - é vedado acrescer aos subsídios de que tratam os incisos XVI e XVII deste artigo qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;

§ 3º - o subsídio do vice-prefeito corresponderá a 2/3 (dois terços) do fixado para o Prefeito."

Art. 4º - O *caput*, os incisos I, II, V, VII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XIX e o § 3º do art. 87 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescendo-se ao artigo os §§ 7º, 8º e 9º:

"Art. 87 - A administração pública direta e indireta, do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal somente poderão ser fixados ou alterados por lei

específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros dos poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV – o subsídio e os vencimentos dos cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos arts. 37, XI e XIV, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;
b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

§ 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII da Constituição Federal;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 7º - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;
II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;
III – a remuneração do pessoal.

§ 9º - O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."

Art. 5º - O *caput* do art. 89 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89 – Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

Art. 6º - O *caput*, os §§ 1º e 2º do art. 90 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescendo-se ao artigo os §§ 3º, 4º, 5º, 6º e 7º:

"Art. 90 – O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelo respectivo Poder.

§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remunerado observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 3º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI da Constituição Federal.

§ 4º - Lei do Município poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal.

§ 5º - Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 6º - Lei do Município disciplinará a aplicação dos recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade..

§ 7º - A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º. deste artigo.

Art. 7º - O art. 93 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos parágrafos 6º ao 16:

"Art. 93 – Aos servidores titulares de cargos efetivos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º - Os proventos da aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.

§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 – A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11 – Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, da Constituição Federal à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da edição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12 – Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13 – Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14 – O Município, desde que institua regime de previdência de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

§ 15 – Observado o disposto no art. 202 da Constituição Federal, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pelo Município, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 16 – Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar."

Art. 8º - O *caput*, os §§ 1º, 2º e 3º do art. 94 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescendo-se ao artigo o § 4º.:

"Art. 94 – São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade."

Art. 9º - O artigo 154 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art.154 - .....

Parágrafo Único – A Lei que instituir o Plano Plurianual de Investimentos estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

Art. 10 - O *caput* do artigo 155 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se § 1º. e renumerando-se para § 2º o seu parágrafo único:

"Art. 155 – a Lei de Diretrizes Orçamentárias, compatível com o plano plurianual, compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração do orçamento anual, conterá o Anexo de Metas Fiscais de que trata o § 1º deste artigo e deverá dispor sobre:

I – as alterações na legislação tributária;
II – o equilíbrio entre receita e despesas;
III – os critérios e forma de limitação de empenho, no caso de a receita não comportar o cumprimento das metas de resultado estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais e no caso de a dívida consolidada ultrapassar o respectivo limite;
IV – demais condições e exigências para transferências de recursos as entidades públicas e privadas;

§ 1º - o Anexo de Metas Fiscais, integrante obrigatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deverá dispor, em valores correntes e constantes, sobre as metas anuais relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º - Os Poderes Legislativo e Executivo do Município farão afixar, no âmbito das respectivas casas, em local de fácil acesso ao público e encaminhando cópias

e/ou exemplares a todos os vereadores, entre os dias 15 (quinze) e 30 (trinta) de cada mês, os balancetes mensais de sua execução orçamentária e financeira."

Art. 11 – O *caput* do artigo 156 e o inciso I do seu § 2º., da Lei Orgânica Municipal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 156 – os projetos de leis relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos especiais e adicionais suplementares serão apreciados pela Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas da Câmara Municipal, a qual caberá:

.....

§2º - .....

I – sejam compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual de Investimentos."

Art. 12 – O artigo 157 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art.157 - .....

Parágrafo Único – O Projeto de Lei orçamentária anual, além de atender ao que dispõem os dispositivos legais, deverá também:

a) conter anexo demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) ser acompanhado o documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, bem como das medidas de compensação e renúncias de receitas e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

c) conter reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contigentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos."

Art. 13 – O artigo 166 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art.166 - .....

Parágrafo Único – O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos e pensionistas, não poderá ultrapassar o que determina o artigo 29-A da Constituição Federal."

Art. 14 – O artigo 167 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se os §§ 1º. e 2º. e renumerando-se para § 3º. o atual parágrafo único:

"Art. 167 – A despesa total com pessoal em cada período de apuração não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, definida pelo inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - a despesa total com o pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência;

§ 2º - a repartição do limite de gasto total com o pessoal é de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo Municipal e 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo."

§ 3º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes."

Art. 15 – A presente emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 – Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros (MG), 30 de março de 2001.

VERADOR SEBASTIÃO PIMENTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG.

MARIA HELENA DE QUADROS LOPES
1ª SECRETÁRIA

ASSESSORIA JURÍDICA/LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N.º_____/2001 QUE *"visa adequar a LOM às Emendas Constitucionais nºs 19 e 20 de 1998 e 25 de 2000 e à Lei de Responsabilidade Fiscal"*, de autoria de 14 Vereadores.

Proposta enviada à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros - MG., para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Trata-se de proposta à Lei Orgânica Municipal, apresentada por 14 vereadores desta Casa, atendido, portanto, o disposto no inciso I do art. 48 da LOM.

O objetivo do projeto visa adequar a Lei Orgânica Municipal à Constituição Federal, em face das modificações que lhe foram introduzidas pelas Emendas Constitucionais nºs 19 e 20 de 1998; 25 de 2000 e pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, suprimindo e modificando seus dispositivos inconstitucionais, além de versar sobre matéria de relevante interesse sócio-comunitário, estando, pois, em conformidade com as letras "a" e "b" do § 4º do mencionado art. 48 da LOM.

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal em apreço é **legal e constitucional.**

É o parecer, sob censura.

Câmara Municipal de Montes Claros-MG., 07 de março de 2001

ADRIANO BORÉM GUIMARÃES
Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 14 DE MARÇO DE 2001
PRESIDENTE

É LEGAL E CONSTITUCIONAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE ESPECIAL
EM 14 DE MARÇO DE 2001
PRESIDENTE

OSMAR
MARCOS NEM
DE NEO
HELIO
AURINDO

SOMOS PELA APROVAÇÃO

Somos pela aprovação

Aurindo Ribeiro
MANDATO SOCIAL
VEREADOR

Joredilson (em 2º)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 15 DE MARÇO DE 2001
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
EM 29 DE MARÇO DE 2001
PRESIDENTE

